

LUTAS E RESISTÊNCIAS INDÍGENAS NO PERÍODO COLONIAL: MISCIGENAÇÃO E ETNIFICAÇÃO, NOVAS ABORDAGENS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Antonio Maicon Batista Bezerra¹

RESUMO

O período colonial brasileiro (1500-1822) foi marcado por intensas revoltas, sedições e rebeliões, causadas por inúmeros motivos e protagonizadas por diversos grupos étnicos, sobretudo, pelos naturais da terra, os indígenas. Estes foram os grandes prejudicados pelo processo de expansão territorial “brasileiro” na América portuguesa, que vitimou grande parte da riqueza étnica que habitava este território. Porém, ao contrário das perspectivas pessimistas que colocam o indígena sempre em posição de coadjuvante frente o colonizador, visão essa, que ainda é amplamente disseminada nas instituições escolares de todo país. Objetivamos evidenciar os diversos movimentos de resistência indígena que se desdobraram durante o processo de expansão e ocupação do território brasileiro no período colonial, pondo-os como ferramentas fundamentais para a miscigenação e constituição da cultura brasileira, bem como para o processo de transformação cultural dos grupos indígenas. Essa abordagem procura lançar luz para novas perspectivas no Ensino de História, no que se refere a temas como, Expansão Territorial Brasileira dentre outros. Para isso, utilizamos amplamente do conceito de etnificação, presente na dissertação de Friedrich Câmara Siering, “Conquista e Dominação dos Povos Indígenas: Resistência no Sertão dos Maracas (1650-1701)”, como metodologia utilizemo-nos de pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa e procedimento de revisão bibliográfica. As pesquisas elucidam uma realidade mais complexa no contato entre índios e europeus, indicando que não se tratou apenas de genocídio étnico tão pouco uma relação passiva entre dominador e dominado, ao contrário, os grupos indígenas pautavam suas ações em nítida vontade política com vistas a alcançar objetivos próprios.

Palavras-Chaves: Resistência; etnificação; Ensino de História.

RESUMEN

El período colonial brasileño (1500-1822) fue marcado por intensas revueltas, sediciones y rebeliones, causadas por in numerables motivos y protagonizadas por diversos grupos étnicos, sobre todo, por los naturales de la tierra, los indígenas. Estos fueronlos grandes perdedores del proceso de expansión territorial “brasileño” em la América portuguesa, que mató a gran parte de la riqueza étnica que habitaban este territorio. Pero, al contrario de las perspectivas pesimistas que colocan al indígena siempre enposición de coadyuvante frente al colonizador, visionesa, que aún es ampliamente disseminada em las instituciones escolares de todo país. Objetivamos evidenciar los diversos movimientos de resistencia indígena que se desdoblaron durante el proceso de expansión y ocupación del territorio brasileño en el período colonial, poniendo los como herramientas fundamentales para el mestizaje y constitución de la cultura brasileña, así como para

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, bolsista PIBIC/UFAC, com o projeto: Apontamentos sobre o golpe civil-militar de 1964 no Acre: Ditadura, Intolerância e Perseguições políticas.

el proceso de transformación cultural de los grupos indios. Este enfoque busca arrojar luz para nuevas perspectivas en la Enseñanza de la Historia, en lo que se refiere a temas como, Expansión Territorial Brasileña entre otros. Para ello, utilizamos ampliamente el concepto de etnificación, presente en la disertación de Friedrich Câmara Siering, “Conquista y Dominación de los Pueblos Indígenas: Resistencia em el Sertão dos Maracas (1650-1701)”, como metodología utilizémos de investigación exploratória com uma borda jecualitativo y procedimiento de revisión bibliográfica. Las investigaciones elucidan una realidad más compleja em el contacto entre indios y europeos, indicando que no se trató sólo de genocidio étnico tan poco una relación pasiva entre dominador y dominado, al contrario, los grupos indígenas pautaban sus acciones em clara voluntad política com miras a alcanzar objetivos propios.

Palabras clave: Resistencia; etnificación; Enseñanza de Historia.

Introdução

O processo de expansão territorial na América portuguesa foi iniciado efetivamente com as chamadas capitanias hereditárias, que visavam garantir a posse definitiva das terras “descobertas”, frente ao assedio constante das outras potencias europeias. A iniciativa expansionista ocorreu de forma gradual e inconstante, inicialmente restrita a costa atlântica, posteriormente se volta para o interior, com a descoberta de ouro, na região de minas gerais, por volta de 1696 (MESGRAVIS, 2015; PRADO JR, 2011).

O impulso povoador e expansionista proporcionado pelos dois ciclos econômicos – produção de açúcar e mineração de ouro – foi auxiliado por três outros fatores principais: os bandeirantes, geralmente oriundos da capitania de São Vicente, que adentravam os sertões² em busca de ouro, produtos vegetais e principalmente indígenas para vendê-los como escravos; Os jesuítas que chagaram ao Brasil em 1548, encarregados de catequisar os nativos, função potencializada com a criação das chamadas missões ou reduções, que tiveram papel fundamental na consolidação da presença portuguesa em terras além-mar. Por fim, temos a criação de gado, que uma vez introduzidos na colônia, se expandiu rumo ao interior e se tornando fundamental para a existência da colonização (MESGRAVIS, 2015; PRADO JR, 2011; PACHECO; FREIRE, 2006).

Esse processo colocou em constante conflito português e diversos grupos indígenas que habitam essas terras. Estima-se que existiam entre 1 milhão a 6,8 milhões³ de nativos, número

² Termo que no período fazia referência aos territórios interioranos da colônia que ainda não haviam sido desbravados pelos portugueses.

³ Brasil: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 232.

que contrasta fortemente com apenas 896, 917 existentes em 2010⁴. Essa redução drástica se deve ao extermínio sistemático por meio das guerras, mas, sobretudo, pela disseminação de doenças trazidas pelos europeus. Apesar dos dados alarmantes, compre assinalarmos aqui, uma característica mais complexa desses enfrentamentos. Geralmente as interpretações sobre a História do Brasil e o lugar do indígena nesta, se restringem a apontar o morticínio dos nativos ou sua “assimilação”, outras abordagens os coloca como empecilho a expansão portuguesa na colônia, secundarizando sua importância para a formação brasileira e mesmo para o processo de transformação étnica dos próprios grupos indígenas.

Na perspectiva historiográfica definida por Karl Von Martius, ainda no século XIX, os indígenas, entre as três “raças” que compunham a formação nacional, eram povos descendentes de antigas civilizações decaídas ao estado de selvageria (DEL PRIORE, 2016, p.175). Restando-lhes apenas alguns “exemplares”, sua grande maioria se encontrava absorvida pela cultura europeia, tornando-se questão de tempo sua assimilação completa.

Na contramão dessa perspectiva, os censos demográficos contemporâneos apontam aumentos substanciais da quantidade de pessoas que se declararam indígenas remanescentes de antigas etnias há muito tidas como extintas. Diante disso, torna-se imperativo indagarmos sobre a natureza deste aumento populacional indígena inesperado, que parece contradizer os processos históricos. Para isso, pretendemos evidenciar os diversos movimentos de resistência indígena, que se desdobraram durante o processo de expansão e ocupação do território brasileiro, no período colonial, tais como: a confederação dos tamoios, e a guerra dos bárbaros, pondo-os como ferramentas fundamentais para o processo de miscigenação e constituição da cultura brasileira. Bem como, para a transformação cultural dos grupos indígenas presentes no território brasileiro.

Abordagens como está se fazem de grande relevância, principalmente para o contexto atual, que passa por múltiplas transformações, sociais, políticas e tecnológicas, no qual os indígenas estão no cerne desse processo. O aumento das pessoas que se declaram indígenas é sintomático dessas transformações, neste caso, um reflexo direto das novas políticas indigenistas promovidas não mais sob o regime de tutela, e sim pelos próprios indígenas, trazendo-lhes visibilidade e direitos antes negados.

Contudo, as recentes mudanças, principalmente no que diz respeito ao uso das tecnologias por indígenas, ainda geram comentários depreciativos e preconceituosos. Herança de concepções e princípios ditados em séculos anteriores, que advogam por uma suposta imobilidade cultural dos indígenas. Ainda são corriqueiras frases com alusão ao “índio de verdade”, supostamente detentor de usos, costumes e com localização específica. Portanto, esperamos com a difusão das informações presentes neste artigo,

⁴ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. O Brasil indígena, 2010, disponível em < <https://bit.ly/2MO4OZL> >. Acesso em: 06 de março de 18.

desfaz alguns preconceitos ainda latentes no meio social e contribuir com o avanço das pesquisas relacionadas a História Indígena.

Para análise dos respectivos objetivos, utilizemo-nos como metodologia, pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa e procedimento de revisão bibliográfica. Sendo assim, não consta aqui nenhuma informação de primeira mão, antes uma releitura dos conflitos colônias, fundamentada em autores experientes sobre a temática. O itinerário teórico-metodológico do presente trabalho gira em torno dos conceito de etnização ou etnificação, presentes na dissertação de Friedrich Câmara Siering, “Conquista e Dominação dos Povos Indígenas: Resistencia no Sertão dos Maracas (1650-1701)”, servimo-nos também de autores como: João Oliveira Pacheco; Manoela Carneiro da Cunha; Maria Regina Celestino de Almeida; Décio Marco Antônio de Alencar Guznán, dentre outros usados como referência complementar.

O artigo está organizado da seguinte forma, inicialmente fazemos um breve resgate teórico das principais concepções indigenistas do Brasil, traçando um percurso a partir das primeiras referencias dos portugueses com relação aos índios habitantes deste território, a posterior visão dicotômica e homogeneizante que se projetou sobre os nativos durante todo o período colonial e as formulações teóricas criadas no século XIX. Em seguida discorreremos sobre alguns movimentos de resistência indígena, que se desenrolaram durante o processo de expansão e ocupação do território brasileiro, no período colonial, apresentando uma nova ressignificação para estes conflitos.

O Índio na História do Brasil

A “descobertas”, ao contrário do que se possa imaginar, foram positivas. A este respeito à famosa carta de Pero Vaz de Caminha, nos dá uma importante noção ao escrever as seguintes palavras, “Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. [...]. E, pois, Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa”⁵. Neste primeiro momento, prevaleceram às relações amistosas, restritas a pequenos escambos. Logo as notícias sobre os “excêntricos” povos, que habitavam a América Portuguesa, começaram a povoar o imaginário das cortes europeias, trazendo para cá inúmeros aventureiros, cientistas e religiosos, como destaca João Pacheco de Oliveira (2006) e Carlos Augusto da Rocha Freire (2006):

Coube a missionários religiosos, viajantes e nobres portugueses, franceses e holandeses, que circularam pelo Brasil ou aqui se instalaram, atuarem como cronistas da vida no novo mundo.

⁵ MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. A carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em < <https://bit.ly/1SbUC6U> >. Acesso em: 09 de março de 18.

Os seus relatos foram ilustrados por diversos artistas que divulgaram imagens marcantes para o imaginário europeu (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 27).

Foi a partir destes relatos, que descreviam aspectos da cultura e modo de vida dos nativos, principalmente as práticas ligadas a antropofagia, que se formou e solidificou-se a visão extremamente estereotipada dos europeus a respeito dos diversos grupos étnicos que aqui viviam. Esses relatos carregavam constantes distorções e imprecisões, na maioria das vezes, destacavam apenas as diferenças de costumes diante dos europeus, ressaltando as práticas tidas como bárbaras, (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Além de serem, quase sempre, extremamente imparciais, classificando como bárbaro qualquer grupo indígena que se colocasse como entrave aos projetos coloniais, neste sentido:

[...] índios Tupis e “Tapuios”, os índios “aliados” eram pacíficos, trabalhadores, tinham família, andavam vestidos (foram “domesticados”), estavam acessíveis ao trabalho cotidiano, enquanto os índios “bravos” (bárbaros) eram antropófagos que andavam nus, carregando despojos espartilhados como alimentação e guerreavam os colonizadores (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.29).

Os mesmos autores destacam duas perspectivas principais a respeito da visão europeia sobre os índios. A primeira os reconhecia como seres humanos “decaídos”, e, sendo assim, como filhos de Deus e portadores de alma precisavam ser salvos por meio do evangelho. A segunda colocava-os como seres inferiores, criaturas bestiais que não poderiam ser cristianizadas, seriam, portanto, mais úteis mortos ou feitos de escravos. Essa perspectiva recheada de preconceitos, no qual enfatizava os rituais antropofágicos e a poligamia, prática comum entre os índios, eram usadas constantemente pelos colonos para legitimar a guerra justa⁶, e promoverem o extermínio ou a escravidão.

Sobre estas duas visões, Ludmila Gomides Freitas (2011), em seu artigo O conceito de bárbaro e seus usos nos diferentes projetos coloniais portugueses para os Índios, salienta que “esse era o princípio de uma longa contenda entre clérigos e leigos pelo privilégio de implantar seus projetos assimilacionistas. Projetos com diferentes meios de submissão, mas com objetivos não tão distantes” (FREITAS, 2011, p.133). Sobre este respeito, Manoela Carneiro da Cunha (1992), no livro História dos Índios no Brasil, atribui essa discórdia ao fato de “apenas os jesuítas, talvez pela ligação direta com Roma, talvez pela independência financeira que adquiriram, lograram ter uma política independente, e entraram em choque ocasionalmente com o governo e regularmente com os moradores” (CUNHA, 1992, p.16). Apesar disso, vale destacar, que ambas as políticas eram igualmente prejudiciais aos indígenas.

⁶ Termo empregado para designar ou legitimar a guerra contra os índios quando os mesmos se recusassem à catequese, praticassem a antropofagia, cometessem latrocínio em terra ou no mar, se negassem a pagar tributos e a defender o rei ou a trabalhar para ele. Para leitura mais aprofundada ver: DEL PRIORE; VENANCIO (2016).

Essas visões usadas para identificar os indígenas na América portuguesa, confere uma realidade dúbia, rasa, sempre dualista, que perdurou por muito tempo, indo até meados da década de 1980, passando apenas por algumas transformações e adaptações, mas seguindo sempre o mesmo sentido de inferiorização do índio (CUNHA, 2001). Tal permanência se deve a dois motivos, o primeiro se refere à ortodoxia científica iniciada no século XIX, que pregava ideias atenuadas a o conceito de “raça”, respaldando análises que ranqueavam culturas ou “raças” como inferiores e superiores, sendo a primeira categoria – inferior – fadada a sucumbir com o avanço da “civilização”. Os historiadores Karl Friedrich Philip Von Martius (1794- 1868), convergia para este sentido, ao definir a “teoria das três raças” formadoras do Brasil, nela, os índios como já mencionado, eram povos decaídos e fadados ao desaparecimento em detrimento da “raça civilizada”.

A segunda, e sem dúvida a mais relevante para a manutenção dos estigmas com relação aos indígenas, está ligada a resistência dos historiadores a abordagens envolvendo a temática indígena, por considerar área de atuação restrita aos antropólogos. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), no seu livro História Geral do Brasil, afirmava, ao se referir aos índios brasileiros, que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia” (SIERING, 2008, p. 11). Essas duas formas de abordagem, marcadamente pessimistas, principalmente as diretrizes apontadas por Martius, considerado o fundador da historiografia brasileira, acabaram servindo “de guia a respeito de como se deve escrever a história do Brasil” (DEL PRIORE; VENANCIO, 2016, p.174). Por tais influências a história dos índios no Brasil acabou se cristalizando e se resumindo em crônicas de extinção.

John M. Monteiro (2001), destaca que o perigo desse tipo de abordagem, é justamente a cristalização da imagem dos índios, colocando-os como “habitantes de um passado longínquo e moradores de uma floresta distante” (MONTEIRO, 2001 p.6), isolados no tempo e no espaço, entendendo o processo de etnificação como a perda de identidade étnica, encarando a incorporação dos nativos na vida colonial, como se de alguma maneira se tornassem “menos índios”, ignorando totalmente o dinamismo das culturas (MONTEIRO, 2001).

A perspectiva protagonizada por Martius e Varnhagen, começa a perder influência com o surgimento de novas abordagens, possibilitadas por uma mudança de paradigma na historiografia, e principalmente pelo surgimento de novos conceitos antropológicos, que começaram a ampliar as interpretações, indo além da busca pela origem ou reconstituição cultural dos povos estudados.

Do ponto de vista historiográfico, o fator catalizador da mudança se deve a influência da nova escola francesa, criada a partir de 1970, possibilitando o uso diversificado das fontes históricas – isso por que além da resistência já apontada, havia “ausência” de fontes, por tratar-se de povos agrafos – e maior aproximação com outras áreas do conhecimento, como a psicologia, sociologia e a antropologia. Cabe observarmos, que as “novas” tendências não eram necessariamente algo novo, tendo em vista, que ideias

semelhantes já vinham sendo difundidas desde a primeira geração da “escola” dos Annales, o que houve foi antes uma propulsão rumo a tais características (BURKE, 1991).

Por outro lado, do ponto de vista antropológico, nesse mesmo período e motivado por uma série de fatores, dentre as quais, a luta dos indígenas pelo direito a demarcação de terras e por diversos direitos antes negados – não custa lembrarmos, que nesse período passávamos pela ditadura civil militar e crescia exponencialmente a busca por direitos, não só dos indígenas, mais de toda a população brasileira. Essa conjuntura favorável deu lugar a importantes abordagens e a criação de novos aportes teóricos, fazendo florescer trabalhos como o de Florestan Fernandes sobre “A organização social dos Tupinambá”, que mesmo sendo um importante marco, ainda trazia consigo perspectivas bastante pessimistas, a o apontar que os indígenas estavam fadados ao desaparecimento (MONTEIRO, 2001, p.57).

Autores como, Stuart Schwartz, Frank Salomon, Guillaume Boccara dentre outros de igual peso e renome, subvertem as velhas abordagens, lançando mão de conceitos como, etnogênese, etnificação e mestiçagem⁷, compreendendo o contato entre índios e europeus, não apenas o resumido à simples dizimação étnica – não que isso de fato não tenha acontecido, mas o que nos cabe aqui é ver além desse aspecto – e sim, como um processo contínuo de inovação cultural. Contrapondo-se a perspectiva de pureza étnica ou pureza “racial”, enfatizando os arranjos políticos, sociais e econômicos que foram e ainda o são responsáveis pela remodelação de novas culturas e identidades étnicas (SIERING, 2008).

A partir destas bases, em dias atuais, vemos surgir novas e melhores abordagens sobre a história indígena no Brasil, que se apresentam como uma boa opção as formas tradicionais de interpretação, que infelizmente, ainda povoam o Ensino de História em todo Brasil, dando respaldo para interpretações que advogam sobre um suposto estatismo cultural, criando falácias como a do “bom selvagem” ou do “verdadeiro índio”, perspectiva que mesmo apoiadores da causa indígena “por má consciência e boas intenções”⁸, no afã de defendê-los e garantir seus direitos, acabaram os pondo “apenas como vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram”⁹ com natural passividade (CUNHA, 1992).

O conflito como forma de resignação Étnica

⁷Adotamos aqui o entendimento de etnificação ou etnogênese, utilizada por Jonathan Hill e Miguel Alberto Bartolomé, que definem o conceito como um conjunto de “estratégias culturais e políticas de atores ativos”, desassociando o conceito de uma visão fechada das relações de poder onde pressupunha a existência de atores subalternos, dominados e passivos frente ao agressor. Para leitura mais aprofundada ver: SOARES (2013).

⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p.17. ⁹ Ibid., p. 17.

O projeto colonizador português lavado desenvolvido por diversos agentes políticos, econômicos e sociais, sejam eles antagônicos ou não, encontravam no índio, como afirma Caio Prado Junior (2011), “o problema mais complexo que a colonização teve que enfrentar” (PRADO JR, 2011, p. 94), justamente pela sua grande heterogeneidade étnica. No entanto, a pesar dessa grande diversidade os colonizadores determinavam sua política indigenista, dividindo-os em dois grandes grupos genéricos e polarizados, os aliados e os inimigos (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 35).

A respeito destes demarcadores genéricos, Friedrich Câmara Siering (2008), em “Conquista e dominação dos povos indígenas: Resistência no sertão dos Maracás (1650- 1701’), nos trás importantes contribuições, ajudando-nos a entender com maior complexidade essas relações ao acrescentar, para além dos marcadores já mencionados, o demarcador de fronteira que coloca em oposição índios do litoral e os do sertão, o linguístico contrastado indígenas dos troncos linguísticos Macro-Tupi e o Macro-Jê (SIERING, 2008,

p. 27). O fator linguístico como demarcador já havia sido apontada por, Sergio Buarque de Holanda (2014), no clássico “Raízes do Brasil”, onde destaca a importância linguística para o sucesso ou fracasso do empreendimento colonizador, ao afirmar “que a colonização portuguesa não se tenha firmado ou prosperado muito fora das regiões antes povoadas pelos indígenas da língua-geral” (HOLANDA, 2014, p. 126).

É ancorado nesses demarcadores étnicos genéricos – amigo e inimigo, selvagem e civilizado, Tupis e Tapuios – que percebemos desenrolar, no período colonial, diversos momentos de enfrentamento entre colonizador e grupos indígenas. Vale ressaltar, que o emprego da qualificação – bem ou mal – dependia do contexto e das exigências da administração metropolitana e da colônia, cabendo a diversos agentes, na maioria das vezes, sem nenhuma sincronia entre si, decidir sobre tal questão, ficando a cabo da arbitrariedade pessoal, em muitas dos casos. Porém, mesmo algumas etnias figurando como “bem ou mal”,

não existia, porém, em quaisquer das duas hipóteses, seja para os aliados ou inimigos, um reconhecimento da relatividade das culturas nem de espaços significativos de autonomia. Os povos e as famílias indígenas que se tornavam aliados dos portugueses necessitavam ser convertidos à fé cristã, enquanto os “índios bravos” (como eram chamados nos documentos da época) deviam ser subjugados militar e politicamente de forma a garantir o seu processo de catequização (OLIVEIRA; FREIRE 2006, p.35).

Não precisamos ir muito a fundo na História do Brasil para encontrarmos conflitos envolvendo estes quadros de demarcações étnicas. A título de exemplo, podemos citar a chamada Confederação dos Tomoios (1554- 1567) e a “Guerra dos bárbaros” (1683- 1713). Este último se desenrola no semiárido

“nordestino” motivado, sobretudo pelo avanço da pecuária na região, envolveu diversos grupos étnicos dentre eles: Tarairiú, Janduí, Ariú, Icó, Payayá, Paiaçu, todos identificados como “Tapuios”, do lado português combatia diversos grupos aldeados, dentre eles os Aimoré e Kariri, e outros (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 53). Como se percebe, exista tudo, menos um conflito uniforme e dualista como classificou o colonizador. O que vemos é uma realidade multifacetada de intensa mobilidade e contradição.

Siering (2008) nos apresenta uma realidade um pouco mais complexa a respeito das guerras coloniais, ao salientar a importância dos próprios indígenas para a formação de alguns marcadores étnicos genéricos. Isso porque, as informações obtidas pelos colonizadores, foram adquiridas, muitas vezes, por grupos indígenas com os quais travaram contato direto – um exemplo, seria a indicação dos índios do interior como “bárbaros”, classificação empregada pelos próprios tupis do litoral – onde tinham interesses diversos e pessoais ao fornecerem tais dados (SIERING, 2008, p.126).

Essa evidência lança luz para o reconhecimento dos indígenas como sujeitos ativos no jogo político colonial, não se configurando como meros espectadores passivos diante do avanço colonizador. A este respeito, Cunha (1992), trata de elucidar suas origens e esclarecer esse ponto de vista:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro a periferia do capital era também o lixo da história. [...] Ora, não há dúvidas de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena. Sabe-se que as potências metropolitanas perceberam desde cedo as potencialidades estratégicas das inimizades entre grupos indígenas: no século XVI, os franceses e os portugueses em guerra aliaram-se respectivamente aos Tamoios e aos Tupiniquins (Fausto); e no século XVII os holandeses pela primeira vez se aliaram a grupos “tapuias” contra os portugueses [...] Essa política metropolitana requer a existência de uma política indígena: os Tamoio e os Tupiniquins tinham seus próprios motivos para se aliarem aos franceses ou aos portugueses [...] (CUNHA, 1992, p.17-18).

A guerra dos bárbaros, e diversas outras lutas e resistências que marcaram o período colonial, apresentam outra faceta constantemente ignorada, como escreve Siering (2008):

[...] o processo de expansão, choque, contato ou encontro das populações europeias e africanas com as indígenas proporcionou um novo momento de elaboração e (re)elaborações de suas visões mundo [...] esse processo histórico desembocou em novas formas de mestiçagem, ocorridas nos aldeamentos, vilas, povoações e mocambos, e na etnificação dos grupos

indígenas. Neste último caso, a etnificação ou etnização ocorreu através da atribuição e auto atribuição de novas identidades e da aceitação destas novas denominações pelos grupos indígenas (SIERING, 2008, p. 15).

Essa perspectiva é reafirmada por Oliveira e Freire (2006), ao fazerem um balanço final sobre o conflito desenrolado no semiárido “nordestino”:

A “guerra dos bárbaros” revelou que as atitudes indígenas de reação à colonização foram complexas, envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais, como a que permitiu a associação de diversos povos contra os portugueses (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 55).

Siering (2008) classifica essas práticas de associação, como “políticas de alianças”, no qual, previa um retorno para ambos os lados, isso quando fincada em bases sólidas. Os “frutos” provenientes destas alianças são, em suma, as bases da formação da população brasileira, na medida em que propiciavam o intercâmbio das diversas sociedades, resultando na miscigenação e a criação de uma nova cultura, onde levava aspectos de ambas (SIERING, 2008).

Além da miscigenação, esses momentos eram marcados por processos de etnogênese e etnificação, que, como é de se imaginar, se faz em mão dupla. Trazendo uma remodelação cultural para os grupos étnicos que se associavam contra os colonizadores, e, da mesma forma, com os portugueses e os indígenas que se juntavam para combater o inimigo comum.

As associações resultavam em uma série de transformações, como perda de línguas, mudanças de cultura, convívio social, formas econômicas e incorporação de novas “tecnologias”, como por exemplo, arma de fogo ou cavalos. Essas transformações e incorporações são identificadas nos índios Guaicurus do pantanal, que se especializaram no uso de cavalos a partir do contato com os europeus (HERBERTS, 1998, p. 24). Algumas mudanças, nem todas, ocorreram de maneira deliberada como forma de resistência às agressões externas, sem que se configure como perda de cultura, tendo em vista, que se trata, pura e simplesmente, de uma transformação, algo natural em todos os grupos humanos ao longo do tempo.

As relações inerentes a “políticas de alianças” propiciaram, não somente a miscigenação, raiz da população brasileira, mais a etnificação dos grupos indígenas que se associavam para combater os portugueses. Monteiro (2001), destaca a existência desse mesmo processo em lutas internas, ou seja, lutas entre grupos étnicos nativos rivais (MONTEIRO, 2001, p. 56). Os conflitos indígenas eram permeados por complexas redes políticas, onde os indígenas representavam figuras principais e atuantes, agindo de forma ativa na resistência contra o colonizador ou contra os grupos indígenas inimigos. Essas redes

políticas foram marcadas não apenas pelo extermínio ou genocídio étnico, mais sim, por intensa e complexa ressignificação cultural.

Através das “políticas de alianças” os indígenas também foram responsáveis pela manutenção e ampliação das fronteiras coloniais, eram verdadeiras “muralhas dos sertões” (SIERING, 2008, pp. 48/49). Neste aspecto, fora diversa a atuação dos indígenas, desde informantes, produtores de diversos gêneros, batedores e exploradores, guardas de fronteiras e fiscais. No entanto, pelos motivos já apontados anteriormente, essa complexidade nas relações – índio – europeias e índio - índio – é substituída por uma visão, muita das vezes maniqueísta, responsável pela manutenção de estereótipos, pouco contribuindo para o avanço do Ensino de História.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho tínhamos por objetivo, evidenciar alguns movimentos de resistência indígena, que se desdobraram durante o processo de expansão e ocupação do território brasileiro, no período colonial, pondo-os como ferramentas fundamentais para a miscigenação e constituição da cultura brasileira, bem como, para o processo de transformação cultural dos grupos indígenas presentes neste território.

Os primeiros contatos pautados por certa positividade, dar lugar a entrecruzamentos definidos por demarcadores étnicos genéricos, no qual, os indígenas eram divididos entre os aliados Tupis civilizados e os inimigos Tapuias selvagens e canibais. Coexistindo demarcações étnicas, de fronteira, opondo índios litorâneos aos do sertão, o linguístico, opondo etnias falantes do tronco linguístico Macro-Tupi e o Macro-Jê.

A “teoria das três raças”, formulada no século XIX, onde o índio é colocado como figura coadjuvante oriundo de sociedades decaídas, agrafos, portanto sem história e fadados ao desaparecimento foi paradigma histórico até meados do século XX. Com os estudos atrelados a terceira geração dos Annales, à Nova Escola Francesa, essa visão se alterou, houve a ampliação dos campos historiográficos, diversificação no uso das fontes e maior interdisciplinaridade, dando lugar a movimentos historiográficos novos e diversificados. Por outro lado, temos a introdução de novos conceitos no campo antropológico, tais como: etnogênese, etnificação e miscigenação que possibilitou um leque vastíssimo de abordagens com relação a história indígena. Esses foram, em suma, os dois eixos propulsores das recentes abordagens da História Indígena.

Ao analisarmos alguns conflitos envolvendo grupos indígenas, no período colonial, sob o prisma dos conceitos de etnificação e resistência ativa, atentando para os demarcadores étnicos genéricos, que dividia os nativos a partir de duas categorias, aliados e inimigos, civilizados e selvagem, percebemos que

essas demarcações eram determinadas por uma política de alianças, definidas por interesses coloniais e indígenas, visto que os índios também atuavam politicamente para resguarda seus interesses.

Aqui, os conflitos são entendidos como momentos fundamentais para constituição das políticas de alianças, portanto, representam mais do que uma simples guerra, pelo contrário, tiveram papel significativo para a formação da cultura brasileira, ressignificação cultural dos indígenas, agrupados na defesa de suas terras e também para o sucesso do empreendimento colonial.

Estes novos conceitos analíticos, são ferramentas primordiais para a ampliação das abordagens da história do Brasil, no sentido de dar ênfase na importância dos indígenas para constituição da sociedade brasileira. Levando em consideração que até hoje prevalecem interpretações simplistas, pessimistas, comprometidas com a percepção de uma cultura estática, responsável por estabelecer uma série de preconceitos e estereótipos com relação aos povos indígenas, torna-se urgente o uso de tais conceitos no ensino de história.

Esperamos contribuir significativamente para a desconstrução destes estereótipos, que a importância dos povos originários, não seja atenuada apenas à manutenção das antigas características étnicas, e sim, no constante processo de etnificação, idas e vindas, rupturas e continuidades, mudanças naturais à existência humana.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. 2º Ed: São Paulo. UNESP, 1992.

Brasil: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras. 1992. MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. A carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em <<https://bit.ly/1SbUC6U>>. Acesso em: 09 de março de 18.

FREITAS, Ludmila Gomides. **O Conceito de Bárbaro e Seus Usos nos Diferentes Projetos Coloniais Portugueses para os Índios**. - REVISTA DE HISTÓRIA; João Pessoa, jan./ jun. 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. – 27ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

HERBERTS, Ana Lucia. **OS MBAYÁ-GUAICURÚ: área, assentamento, subsistência e cultura material**. 1998. Dissertação (Mestre em História) na área de Estudos Históricos Ibero-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, maio de 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **O Brasil indígena**, 2010, disponível bem <https://bit.ly/2MO4OZL>. Acesso IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. O Brasil indígena: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto. 2015.

MONTEIRO, Jonh. M. Tupis, Tapuias e Historiadores: **Estudos de História indígena e do indigeníssimo**. 2001. Tese (livre docência em etnologia) sub área história indígena e do indigeníssimo, Universidade Federal de Campinas-UNCAP, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PRADO, Jr., Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo**. - 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

PRIORE, Del Mary; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. – 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2016.

SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e Dominação dos Povos Indígenas: Resistência no Sertão dos Maracas (1650-1701)**. 2008. Dissertação (mestrado em História Social) departamento de História Programa de pós-graduação em História social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOARES, Ana Luiza Morais. **História Indígena no século XIX: contexto para discussão da presença indígena na urbanização de Manaus**. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Dialogo Social-ANPUH. 27, 2013, Natal-RN, simpósio, p. 2.

Data de submissão: 10/11/2018
Data de aprovação: 22/12/2018